



Formulário

Relatório de Viagem em Missão Oficial Internacional

IDENTIFICAÇÃO DO PARLAMENTAR

Nome: Luiz Eduardo De Queiroz Campos Da Fonte Albuquerque	Ponto: D_57153
E-mail: dep.luladafonte@camara.leg.br	Telefone: (32) 1556-26
Partido: PP / PE	Gabinete: 626

Indentificação do(s) evento(s)

Nome oficial do evento ou o assunto: I FORUM DE BUENOS AIRES

Descrição: O evento é sobre o tema: "Blocos Econômicos, Desenvolvimento e Segurança Jurídica", reunindo acadêmicos, juristas, autoridades públicas e representantes de empresas privadas e da sociedade civil, com o objetivo de fomentar a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento das instituições públicas e privadas, além de contribuir para o diálogo internacional e a cooperação entre os países participantes.

Cidade(s):

Cidade	País
BUENOS AIRES	ARGENTINA

Trecho(s):

Cidade Origem	Cidade Destino	Data	Tipo transporte
BRASILIA	BUENOS AIRES	05/11/2025	FAB
BUENOS AIRES	RECIFE	07/11/2025	Avião

Atividades Realizadas:

Data	Descrição
05/11/2025	Ao longo dos painéis e debates, observou-se significativa convergência entre especialistas e autoridades sobre quatro eixos prioritários para o desenvolvimento integrado da região. A seguir, sintetizo os elementos centrais de consenso e suas implicações para o Brasil e para a América do Sul. 1. Houve amplo entendimento quanto à necessidade de maior harmonização entre os sistemas tributários dos países da América do Sul, com vistas a estimular o crescimento econômico, reduzir barreiras internas e atrair investimentos. A coordenação entre políticas tributárias foi considerada essencial para promover previsibilidade, reduzir o chamado "risco fiscal" e evitar a competição predatória entre países vizinhos. Destacou-se que essa harmonização pode fortalecer plataformas regionais de troca de informações fiscais, criar padrões mínimos comuns e aperfeiçoar mecanismos de arbitragem de disputas tributárias. Para o Brasil, líder natural no bloco, a compatibilização de regras com parceiros como Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile pode ampliar cadeias produtivas regionais e impulsionar a integração econômica. Ainda assim, persiste o desafio de conciliar soberania fiscal com coordenação multilateral, dada a diversidade de regimes tributários existentes na região. Políticas de sustentabilidade e inovação 2. Os debates também revelaram consenso sobre a necessidade de políticas robustas voltadas à sustentabilidade, adaptação climática e promoção de inovação tecnológica. Foram discutidos temas como mercados de carbono, resiliência da infraestrutura, impactos das mudanças climáticas no agronegócio e incentivos à pesquisa e à tecnologia. As políticas de baixo carbono foram apontadas como centrais para atrair financiamento internacional e aumentar a competitividade regional. Ao mesmo tempo, a inovação tecnológica foi vista como instrumento essencial para modernizar a economia e reduzir vulnerabilidades institucionais. Entre as recomendações, destacaram-se a criação de marcos regulatórios



	regionais para mercados de carbono, o compartilhamento de melhores práticas e o estímulo a parcerias público-privadas, com o Brasil posicionado para assumir liderança no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
06/11/2025	Painéis sobre: - Regulação da inteligência artificial e proteção de dados A governança digital foi tratada como prioridade incontornável. Houve consenso de que países da região devem avançar na construção de marcos regulatórios sólidos para inteligência artificial, proteção de dados pessoais e interoperabilidade digital. Enfatizou-se que a regulação de IA transcende fronteiras e que a falta de coordenação pode gerar descompassos regulatórios e incentivos à arbitragem normativa. O Brasil, já referência com a LGPD, foi citado como potencial articulador de uma coalizão regional focada em padrões éticos, mecanismos de supervisão compartilhada e certificação tecnológica. Também se discutiu a necessidade de capacitação das instituições públicas — especialmente órgãos reguladores, judiciário e instâncias de investigação — para enfrentar os desafios trazidos pelos fluxos transnacionais de dados e pelos usos avançados de IA. - Segurança jurídica e fortalecimento institucional O último eixo consensual tratou da importância de consolidar a segurança jurídica e ampliar a confiança institucional. Os participantes reconheceram que previsibilidade normativa, cooperação entre órgãos de controle e mecanismos ágeis de solução de conflitos são fundamentais para proteger a democracia e estimular investimentos. Defendeu-se a criação de plataformas regionais de monitoramento regulatório e de mecanismos integrados de mediação e arbitragem, inclusive para controvérsias transfronteiriças. A troca de boas práticas entre agências reguladoras, tribunais de contas e fiscalizações independentes foi vista como essencial para elevar o padrão institucional dos países sul-americanos. **Observações analíticas O fórum cumpriu papel estratégico de articulação e formulação preliminar, mas a efetivação de políticas dependerá de negociações multilaterais, alinhamento político e investimentos estruturados. As discussões reforçaram o papel do Brasil como protagonista em debates complexos, como reforma tributária, inovação tecnológica e governança de IA. Também foram levantadas oportunidades de atuação legislativa, produção de estudos e articulação com organismos multilaterais para transformar consensos regionais em ações concretas.

Documentos Anexados:

Informações complementares

- Orientações processuais:
 - Preencher o formulário.
 - Assinar eletronicamente o formulário.
 - Tramitar o formulário para área designada.
- Legislação pertinente:
 - Ato da mesa nº 35/2003.

Brasília-DF, 13 de novembro de 2025.



Documento assinado por:
 13/11/2025 10:38 - Dep. Lula da Fonte
 Selo digital de segurança: 2025-KISR-PLPY-ECIM-QUAV